

Alexandre Mucicari/Riotur

Senadores avaliam legado da Copa para o Brasil

3

Dilma deve enviar projeto sobre conselhos 2

Parcelamento de dívidas de faculdades é sancionado 4

Graça Foster: estatal não achou indício contra Costa 6

Comissão discute versões do novo CPC 8

Definido grupo sobre auxílio a agricultor 5

Reação de parlamentares à forma escolhida pelo Executivo para instituir a Política Nacional de Participação Social pode resultar em projeto de lei a ser analisado pelo Congresso

Jucá: Dilma pode desistir de decreto polêmico

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) disse na quarta-feira que a presidente Dilma Rousseff pode desistir de implantar por decreto a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Nesse caso, ela encaminhará um projeto de lei ao Congresso. O Decreto 8.243/2014 foi bastante criticado por parlamentares porque estaria usurpando prerrogativa do Legislativo. Há até um projeto de decreto legislativo que suspende os efeitos do decreto presidencial (PDS 117/2014).

Jucá disse não acreditar num confronto entre Legislativo e Executivo e lembrou que os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, conversaram com Dilma sobre a importância da participação do Congresso na questão.

— Nossa ideia não é derrubar um decreto da presidente. Vai surgir uma solução sem confronto com o Congresso — disse o senador.

Para Jucá, segundo-vice-presidente do Senado, a mudança não deve ser interpretada como recuo da presidente, mas como um avanço, já que o assunto deixará de ser uma iniciativa isolada do governo



A mudança não deve ser vista como recuo, mas como avanço, segundo Jucá

para ser levado à discussão.

— Novos agentes políticos poderão ser agregados à discussão, de forma transparente — afirmou o senador.

Na opinião de Jucá, o Congresso é a Casa ideal para fazer a convergência de ideias e para “construir uma proposta mais equilibrada” sobre a participação popular.

Questionado sobre um possível “atropelamento” de prerrogativas do Legislativo com a edição do decreto presidencial, Jucá disse que a presidente, “no afã de ampliar a participação popular, o que é louvável, terminou esquecendo que a participação do Congresso Nacional nessa questão é fundamental”.

— O governo sabe muita coisa, mas não sabe tudo. Quando se trata de participação popular, o Congresso é a Casa especializada, porque de quatro em quatro anos somos eleitos pela população para representá-la.

Para Jucá, há uma corrente majoritária, tanto na Câmara como no Senado, a favor do uso de projeto de lei — e não decreto — para a implantação dos mecanismos de participação popular. O objetivo, segundo ele, é fazer com que a ampliação da consulta popular aconteça junto com as garantias individuais e coletivas, a estabilidade e a segurança jurídicas das empresas e do próprio governo.

Comissão debate uma forma para a proposta

O decreto que tem gerado polêmica pode ser discutido no dia 2 de julho pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segundo o vice-líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR). Ele é o autor de projeto que suspende os efeitos do decreto.

O debate deverá ter três expositores indicados pelo líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), e mais três indicados pela oposição. As sugestões de Alvaro são Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal;



Alvaro Dias apresentou projeto que suspende os efeitos do decreto

José Matias Pereira, professor da Universidade de Brasília; Hélio Bicudo, ex-presidente da Comissão Interamericana

de Direitos Humanos; e o advogado Ives Gandra Martins.

A discussão precederia a votação do PDL 117/2014, que já tem parecer favorável.

— Legislar por decreto guarda resquícios de autoritarismo e deve ser rechaçado — disse o relator, Pedro Taques (PDT-MT).

Humberto disse acreditar que quem critica o decreto presidencial não o leu.

— Em nenhum momento esses conselhos invadem a competência, autoridade e autonomia do Poder Legislativo.

Requião diz que outro meio iria dificultar consultas à sociedade

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu o decreto. Ele disse que, se a regulamentação não for feita por decreto, as consultas da Presidência da República aos diversos atores da sociedade seriam dificultadas.

— Seria como se a presidente tivesse que pedir licença ao Senado para conversar com a Kátia Abreu e



os ruralistas ou fazer uma visita à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que, afinal de contas, são setores organizados que, em um momento

ou outro, podem ser sujeitos também a uma consulta da presidente da República, porque fazem parte da engrenagem econômica do país — explicou o senador.

Ferraço defende sustação da ferramenta “antidemocrática”

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu prioridade para votação de proposta de Alvaro Dias (PSDB-PR) que susta os efeitos do decreto. Segundo ele, a forma



de lei ou de outra maneira que possibilitasse o debate.

— A forma é um tanto autoritária, antidemocrática. Uma forma que induz até mesmo o interesse

que o governo adotou para criar conselhos populares no Executivo invade as prerrogativas do Legislativo. Para ele, a medida devia ter sido adotada por meio de projeto

do aparelhamento do Estado brasileiro a partir de segmentos de que não se conhece sequer a legitimidade para se pronunciar em nome da população — afirmou.

Taques alerta para invasão de prerrogativas do Legislativo

Apesar de ressaltar a “pretensa boa intenção” do decreto, Pedro Taques (PDT-MT) está convencido de que o instrumento “exorbita o poder regulamentar”. Relator do projeto que susta os efeitos do decreto, ele deu parecer favorável. A proposta está pronta para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



— Não estamos aqui diminuindo a importância da participação popular na formulação de políticas públicas. O projeto vem em boa hora exatamente

para proteger a participação popular, pois susta efeitos desse decreto que privilegia representantes que não se submetem às condições exigidas pela Constituição.

Senador pede sanção de medida que beneficia servidor público

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu à presidente da República, Dilma Rousseff, que, ao sancionar a MP 632/2014 — aprovada com modificações pelo Senado e pela Câmara, — considere dois dispositivos que beneficiam servidores públicos.

Um garante licença remunerada a servidores que foram eleitos para mandatos em confederações, federações e sindicatos. O outro reestrutura o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), equiparando-o ao Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária (Incra). Jucá lembrou que só em Roraima os servidores do Incra atuam em 20 assentamentos.

O senador também defendeu a aprovação, em julho, do PLN 5/2014, que define o pagamento dos agentes da Polícia Federal.

STF adia decisão sobre número de deputados de 13 estados

Foi adiado para quarta-feira o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as ações contra a alteração do número de deputados nos estados. Uma das ações em análise é a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 33, apresentada pela Mesa do Senado com o objetivo de fazer prevalecer entendimento do Congresso em relação ao número de deputados por unidade da Federação.

A intenção é confirmar a validade do Decreto Legislativo 424/2013, que suspendeu uma resolução do ano passado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que alterou o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados com base em dados do Censo de 2010. Para o TSE, as mudanças estão mantidas e valem, inclusive, para as eleições de outubro deste ano. Se mantida a decisão do TSE, 13 estados serão afetados.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Discursos
9h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Legado da Copa do Mundo divide senadores

Apesar dos atrasos em obras e dos custos dos estádios, boa parte dos senadores considera que o Brasil trabalhou bem para receber a Copa, iniciada ontem. A possibilidade de manifestações populares é vista com tranquilidade e há otimismo quanto à impressão que o país deixará nos visitantes, com reflexos no turismo. O ponto de divergência é quanto ao legado da Copa: a oposição considera que, dados os gastos, o resultado é negativo. Os governistas avaliam que a população será beneficiada pelas obras, como as de mobilidade urbana.



Turistas que desembarcaram no Aeroporto Internacional do Galeão foram recebidos com festa e boas-vindas em vários idiomas

Tônia Rego/Agência Brasil

Empréstimos, investimentos e superfaturamento

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), que até janeiro era ministra-chefe da Casa Civil, tudo o que foi prometido para a Copa foi entregue. Segundo ela, gastos com estádios não envolvem recursos públicos, mas empréstimos que serão devolvidos aos bancos.

— Nesse período em que foram investidos R\$ 8 bilhões nos estádios, desde 2010, o governo federal investiu R\$ 825 bilhões em saúde e educação — disse Gleisi.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou que agora é o momento de divulgar o país, para que a competição abra caminhos a novos investimentos e negócios.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o que mais chamou a atenção nos anos de preparação foi o superfaturamento. Ele citou o custo por assento dos estádios, que seria muito superior ao verificado nas edições anteriores da competição.

Jorge Viana elogia mobilização do povo para o Mundial

Jorge Viana (PT-AC) lamentou, em Plenário, que algumas pessoas torçam para que tudo dê errado e misturem a Copa com política. Também avaliou que as manifestações contra o Mundial passaram da conta, dizendo que o país não pode esperar tudo perfeito para o evento. Apesar disso, observou que os brasileiros estão se preparando e recebendo bem os turistas.

Legado para o Brasil e preocupação com a imagem do país

Uma das principais críticas à Copa diz respeito ao legado. Parte das obras em aeroportos e dos projetos de mobilidade urbana acabou não ficando pronta. O governo argumenta que as obras serão entregues.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, ao fim, o saldo será positivo.

— A Copa mobilizou recursos também para infraestrutura, melhoria dos aeroportos, das estradas e das vias de transporte para chegar aos estádios. Os benefícios ficarão para a sociedade brasileira — diz.

Cristovam Buarque (PDT-DF) também se diz preocupado com a imagem do país após o evento. Ressaltando que torce para que tudo dê certo, ele afirma que, se houver problemas, todos sofrerão as consequências, não só o governo.

— Se não der certo, a imagem do Brasil ficará ferida e ela está acima da imagem do governo.

Segundo Vanessa, Brasil venceu na preparação da Copa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acredita que o Brasil está preparado para a Copa e vai fazer o maior Mundial de todos os tempos. Para ela, a torcida está empolgada no país, o que deixa frustrados os pessimistas.

— Os críticos dizem que Sul e Sudeste são as regiões onde tem futebol. Não, a Copa é do Brasil e também será no meu querido Norte — disse, em pronunciamento.

Importância de protestos pacíficos é ressaltada

Desde junho do ano passado, a possibilidade de manifestações durante a Copa preocupa o governo e os organizadores, que montaram esquemas especiais para conter os efeitos de eventuais protestos. Os senadores consideram a mobilização natural, mas pedem que não haja violência e que se respeitem os direitos de quem deseja participar da festa.

— É direito das pessoas se manifestar. Mas, da mesma forma que as pessoas têm direito de se manifestar, quem quer assistir à Copa tem o direito de assistir aos jogos — pondera Anibal Diniz (PT-AC).

Para Suplicy (PT-SP), as manifestações são importantes para cobrar do governo investimentos em educação, saúde e transporte público. Acir Gurgacz (PDT-RO), por sua vez, lembra que é preciso ouvir o “recado” das ruas.

Aves de mau agouro perderam, afirma Humberto Costa

Antes mesmo do início da Copa, o Brasil já conseguiu uma vitória, disse o líder do PT, Humberto Costa (PE), em Plenário. Segundo ele, “foi a vitória contra os pessimistas, aqueles que não torceram pelo nosso país, que queriam que chegássemos à abertura do Mundial com as ruas incendiadas e no caos”.

— Essas aves de mau agouro até agora perderam — afirmou.

Brasileiros precisam receber bem turistas, dizem parlamentares

Apesar de reconhecerem o direito das pessoas apresentarem suas reivindicações, mesmo durante a Copa do Mundo, os senadores destacam que isso não deve interferir na receptividade aos visitantes estrangeiros.

— Acho que teremos uma Copa bonita, grandiosa. Vai ser uma grande oportunidade de receber o mundo todo aqui. O Brasil precisa acolher bem as pessoas — diz Ana Rita (PT-ES).

Criticando o que considera a politização dos debates sobre a Copa do Mundo, Jorge Viana (PT-AC) diz que agora há um “clima bom” para a festa, com a competição tomando conta das ruas e das casas.

— Depois que passar a Copa, vamos voltar à realidade, aos nossos problemas e diferenças. Mas agora é hora de uma grande união nacional para receber bem quem nos visita e fazer uma boa Copa — conclama.

Suplicy destaca pronunciamento de Dilma sobre evento

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o discurso da presidente Dilma Rousseff sobre a Copa do Mundo. Na avaliação do senador, a presidente conseguiu passar confiança não somente para o povo brasileiro, mas para os próprios jogadores, ao ressaltar que “a seleção representa a nacionalidade do país e está acima de governos, partidos e interesses de qualquer grupo”.

Casa traça calendário especial de votação para Copa e eleições

Com a Copa e o início do período eleitoral, com as convenções partidárias, o Senado estabeleceu um calendário especial, que prevê votações só no início de julho. A redução do ritmo de trabalho no Congresso, no entanto, é vista com naturalidade pelos senadores, que lembram o esforço nos últimos dias para votar propostas importantes.

Romero Jucá (PMDB-RR) afirma que, nas últimas semanas, foram promulgadas três emendas constitucionais, incluindo a que expropria imóveis em que se verifique trabalho escravo.

— O Congresso e o Senado cumpriram a sua parte. Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), garante que se esforçará para que os trabalhos continuem o mais próximo possível do normal nesse período.

Para Anibal, críticas aos gastos no torneio não têm fundamento

Anibal Diniz (PT-AC) disse em discurso que a população precisa receber informações corretas sobre os investimentos feitos na Copa para verificar que é falsa a alegação de que o governo deixou de investir em educação para construir os estádios.

Ele disse que, de 2010 a 2013, foram investidos R\$ 8 bilhões nos estádios e mais de R\$ 1,7 trilhão em educação e saúde.

Medida provisória flexibiliza horário da Voz do Brasil

Foi instalada na quarta-feira a comissão do Congresso Nacional que emitirá parecer sobre a Medida Provisória (MP) 648/2014, que flexibiliza o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* durante a Copa do Mundo.

A comissão mista será presidida pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e terá como vice-presidente o senador José Pimentel (PT-CE). O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) foi indicado relator da matéria.

A MP 648/2014 determina que, no período de 12 de junho a 13 de julho, *A Voz do Brasil* poderá ser transmitida entre as 19h e as 22h. Hoje, as emissoras de rádio são obrigadas a veicular o programa das 19h às 20h, de segunda a sexta-feira.

Independentemente da aprovação da MP 648/2014, o novo intervalo para veiculação já está valendo desde ontem.

Estádios não resolvem problemas do país, diz Figueiró

O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em cadeia de rádio e TV foi atacado por Ruben Figueiró (PSDB-MS). Dilma enalteceu as obras para a Copa. Entretanto, disse Figueiró, as obras foram de estádios e aeroportos.

— Estádio e aeroporto não vão resolver o problema do cidadão, que sofre para chegar ao trabalho com trânsito caótico e falta de transporte.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Jorge Viana (PT-AC) lamentou, em Plenário, que algumas

Waldemir Barreto/Agência Senado



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acredita que o Brasil está preparado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Antes mesmo do início da Copa, o Brasil já conseguiu uma vitória,

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o discurso da presidente Dilma Rousseff sobre a Copa do Mundo.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Anibal Diniz (PT-AC) disse em discurso que a população precisa receber informações

Waldemir Barreto/Agência Senado



O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em cadeia de rádio e TV foi atacado por Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Sancionada lei que reabre prazo para faculdades parcelarem dívidas federais

Texto que dá novo prazo para parcelamento de dívidas tributárias de instituições foi apresentado pelo Executivo e aprovado pelo Senado em maio

AS INSTITUIÇÕES DE ensino superior com dívidas referentes a tributos federais ganharam novo prazo para parcelar os débitos dentro do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). A medida entrou em vigor na quarta-feira com a publicação da Lei 12.989/2014.

Oriunda do PLC 32/2014, a lei reabre por 90 dias o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento. A adesão ao Proies implicará a remissão dos valores devidos à União a título de Imposto de Renda retido na fonte dos rendimentos pagos que tenham sido quitados direta

ou indiretamente perante o município ou o estado — nesse caso, haverá também a anistia das multas de mora

ou de ofício, juros de mora e encargos legais.

As instituições de ensino superior não integrantes do

sistema federal de ensino deverão requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao sistema em 30 dias.



Plenário vota texto que permite parcelamento de dívidas tributárias de faculdades, em sessão presidida por Renan

Cristovam diz que analfabetismo remete a direitos humanos

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse na quarta-feira que o analfabetismo é um problema de direitos humanos, que ultrapassa a dimensão educacional.

— Uma pessoa que é analfabeta pode evoluir, mas depois que deixa de ser analfabeta. Uma pessoa no estado de analfabetismo não tem como evoluir na sociedade — alertou o parlamentar, que atribuiu a culpa da situação aos dirigentes do país, por se empenharem na defesa dos direitos humanos, mas não cumprirem o dever de erradicar o analfabetismo.

O senador informou que durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na segunda-feira, enumerou 19 limitações que os analfabetos enfrentam na sociedade contemporânea. Ele lembrou que essas pessoas têm dificuldades para se deslocar, votar, obter informações ou procurar emprego, o que faz o analfabeto ser torturado psicologicamente em cada minuto de sua vida.

— O direito de ir e vir é um direito de qualquer sociedade que respeite os direitos humanos. O analfabeto não tem esse direito pleno, porque ele não sabe ler as placas dos ônibus. Ele não sabe ler as placas de informes de onde ele está. Ele não sabe ler a palavra “perigo” na frente dele e, aí, ele vai para onde não queria, caminha e cai. A maior parte dos acidentes em construções civis, no Brasil, é devida ao analfabetismo da vítima, que não soube ler o anúncio — exemplificou Cristovam Buarque.

Senadores divergem sobre novo Plano de Educação

Aprovado pela Câmara no dia 3, o Plano Nacional de Educação (PNE) será sancionado pela presidente Dilma Rousseff nos próximos dias para substituir o texto que vigorou de 2001 a 2010. A eficácia do novo PNE, no entanto, causa divergência entre os senadores.

O plano estipula 20 metas para os próximos dez anos. O item mais debatido durante

a tramitação do projeto (PLC 103/2012) foi o que destina 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação — com uma parte proveniente da exploração do petróleo do pré-sal. O percentual aumenta progressivamente, até chegar a 10% em 2024. Hoje, o país investe 5,3%.

Na avaliação de Cristovam Buarque (PDT-DF), o novo

PNE não vai trazer resultados. — Estamos mais uma vez fingindo com o PNE e fingindo com os recursos do pré-sal. Os recursos do pré-sal são ridículos diante do total de dinheiro necessário para a educação.

Cristovam calcula que o pré-sal renderá à educação R\$ 30 bilhões, mas diz que o setor exige R\$ 450 bilhões por ano.

Ele ressalta que o importante

não é ter 10% do PIB, e sim planejar como investir o dinheiro.

— Temo que esses 10% sejam dinheiro jogado fora, porque não dissemos como aplicar. Não tenho otimismo com o PNE 2, até porque o PNE 1 não deu resultado. Se chover dinheiro no quintal de uma escola, vai virar lama. Não chega à cabeça dos meninos porque não se sabe o que fazer com ele.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), a crítica é infundada. O dinheiro do pré-sal, segundo ele, fará grande diferença ao ser aliado a planejamento, metas e prazos, que obrigam as esferas federal, estadual e municipal a atuar juntas.

— Vamos incrementar de forma bastante expressiva, especialmente com os recursos do pré-sal, os gastos públicos e privados com educação.

Ele ressalta que o planejamento dos gastos é feito nas leis orçamentárias, não no PNE.



Para o senador Cristovam Buarque (E), o novo Plano Nacional de Educação não vai trazer os resultados esperados

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Congresso instala comissão que vai analisar aumento do bolsa-estiagem

Medida provisória acrescenta R\$ 80 por mês, até dezembro, ao auxílio emergencial para agricultores atingidos por desastres em 2012

FOI INSTALADA NA quarta-feira a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 645/2014, que ampliou em R\$ 80 o auxílio emergencial financeiro, a chamada bolsa-estiagem, para agricultores atingidos pela seca e outros desastres em 2012 e que ainda sofrem consequências. O aumento vai vigorar até dezembro.

Para presidente da comissão, foi eleito o senador José Pimentel (PT-CE). Para vice, o deputado Odair Cunha (PT-MG). Como relator, o deputado Antonio Brito (PTB-BA). Para relator-revisor, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO). A MP foi publicada em 5 de maio e entra em regime de urgência a partir de 20 de junho. O prazo final para análise é 4 de julho.

O auxílio foi instituído pela Lei 10.954/2004 com valor de R\$ 400. Com o acréscimo, cada família já beneficiada receberá R\$ 480.

A MP 635/2013, em tramitação, também acrescentou R\$ 80 ao auxílio, com vigência até abril. Com a MP 645, o acréscimo será prorrogado até o fim do ano. O aumento será dado para os locais onde as consequências do desastre se estenderam até 2014. A situação emergencial da



Deputado Manoel Junior conduz a sessão que elegeu o senador José Pimentel para a presidência da comissão mista

cidade precisa ser reconhecida em portaria do Ministério da Integração Nacional.

O pagamento da ajuda é proibido a alguns agricultores: os beneficiários do Garantia-Safra, nos meses em que ocorrerem pagamentos dos dois auxílios; os enquadrados nos critérios de exclusão ou que fiquem fora das exigências do programa; os que tenham declaração de aptidão ao Pronaf vinculada a um trabalhador que já receba salário; e os moradores de municípios em estado de calamidade pública reconhecida pelo governo federal, mas com condições

climáticas favoráveis.

O comitê gestor do bolsa-estiagem pode suspender o benefício se constatar melhoria da situação do município.

Emendas

Até quarta-feira, foram apresentadas por deputados e senadores 18 emendas ao texto. Uma delas, a de Eduardo Amorim (PSC-SE), pretende prorrogar em 20 anos o prazo de pagamento, com 5 anos de carência e taxas de juros de 3,5% ao ano, para operações de crédito rural contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento

do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) para os municípios que tenham decretado situação de emergência ou de calamidade reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, a partir de 1º de dezembro de 2011.

Já o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) pretende suprimir a possibilidade de o comitê gestor do auxílio emergencial financeiro cancelar o pagamento da ampliação.

Há ainda emendas de deputados, como a que estende o auxílio a estados e municípios em situação de emergência causada por desastres naturais.

Paraná recebe apoio federal para municípios afetados pelas chuvas

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) acompanhou, na segunda-feira, o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, numa reunião com o governador do Paraná, Beto Richa, sobre os municípios atingidos pelas chuvas dos últimos dias. Gleisi destacou a importância da ação conjunta entre os órgãos federais e estaduais:

— Temos que agir de forma rápida e integrada para minimizar o sofrimento do povo. Meu gabinete em Brasília está à disposição dos prefeitos para acompanhamento e encaminhamento das demandas.

Duas aeronaves federais foram colocadas à disposição do estado para ajudar no resgate de pessoas e levar mantimentos a áreas de difícil acesso. O governo federal também está construindo pontes provisórias.

Na quarta-feira, segundo a Defesa Civil, os números chegavam a 4.824 desabrigados, 11 mortos e 2 desaparecidos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Gleisi, aumento de 32,4% em tarifas de luz é "injustificável"

Gleisi Hoffmann (PT-PR) divulgou nota em que critica o governo do Paraná por reajustar em 32,4% a tarifa de energia da distribuidora Copel.

Segundo a nota, o governador Beto Richa se negou a aderir ao plano do governo federal para antecipar os contratos de concessão de energia, ficando contra o projeto de baratear a conta de luz. A "inexplicável decisão" de Richa forçou a Copel a comprar energia cara no mercado livre, diz o texto. Afirma também que, em maio, o governo federal socorreu as distribuidoras estaduais ao fazer leilão para entrega de energia imediata, o que permitiu à Copel comprar energia mais barata. "E, agora, depois das péssimas escolhas do governo estadual, e mesmo após o socorro da União, a Copel apresenta à Agência Nacional de Energia Elétrica o maior pedido de reajuste entre todas as distribuidoras do país, penalizando toda a população e o setor produtivo do estado", acrescenta.

Gleisi disse que pediria ao Ministério Público que investisse o "injustificável" reajuste.

A pedido de Luiz Henrique, ministros avaliam fábrica

A pedido de Luiz Henrique (PMDB-SC), os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Agricultura, Neri Geller, e técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia receberam o presidente da TransGas, Adam Victor, para apresentar a planta da fábrica de fertilizantes americana que deverá ser instalada em um ano, em Santa Catarina.

— Esse projeto representa um investimento de US\$ 2,7 bilhões na transformação de carvão em gás e, a partir daí, na obtenção de nitrato de amônia e ureia, produtos hoje 90% importados e cuja produção dará um grande impulso na agropecuária. É um produto limpo de uma atividade industrial limpa, pois o carvão tem depreciação ambiental. Essa fábrica não causará nenhuma poluição. O empreendimento vai gerar 5 mil empregos na construção e 1,2 mil empregos diretos na operação — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz comemora edital para obras da Ferrovia Transcontinental

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a publicação do edital para a contratação dos estudos de viabilidade técnica relativos à implantação da infraestrutura do trecho da Ferrovia Transcontinental entre os municípios de Sapezal (MT) e Porto Velho, capital de Rondônia.

Segundo o senador, o edital prevê também a contratação do serviço aerofotogramétrico e o projeto básico de engenharia do trecho ferroviário, que terá 950 quilômetros.

— Trata-se da ferrovia que vai consolidar os corredores logísticos e de exportação pela Hidrovia do Rio Madeira e também a rodovia que é a saída do Pacífico. Como resultado desse chamamento do Ministério dos Transportes, a empresa vencedora terá oito meses para entregar os referidos estudos — afirmou o senador, em pronunciamento no Plenário na quarta-feira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidinho Santos quer socorro do governo para setor do etanol

Cidinho Santos (PR-MT) pediu ao governo federal providências para socorrer as usinas de álcool combustível do interior do país, que enfrentam uma grave crise financeira, especialmente as de Mato Grosso.

Para ilustrar o problema, ele contou que 4 das 13 usinas do estado já fecharam, deixando 40 mil desempregados e prejudicando o abastecimento de etanol de alguns estados.

Segundo o senador, o aumento da mistura do etanol à gasolina para 27,5% já ajudaria essas usinas, mas não bastaria. É necessário também que o governo volte a pagar a compensação pelo custo de produção, que é maior no interior.

Ele relatou que a compensação foi criada para incentivar a interiorização da produção do etanol, mas foi suspensa em 2004. Só Mato Grosso deixou de receber cerca de R\$ 500 milhões, afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Chega à Casa PEC que prorroga Zona Franca de Manaus até 2073

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/2014, que prorroga os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus até 2073, aprovada semana passada na Câmara, chegou ao Senado e será examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com Eduardo Braga (PMDB-AM), que deverá relatar a matéria, a intenção é votá-la tão logo haja quórum na comissão, que terá seus trabalhos interrompidos por conta do calendário especial do Senado para a Copa do Mundo.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) já anunciou que a bancada do Amazonas vai trabalhar para que a proposta, a ser votada em dois turnos, tenha a tramitação concluída o mais rapidamente possível no Senado.

De autoria da Presidência da República, o projeto altera o artigo 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), como forma de crescer 50 anos ao prazo fixado no dispositivo, segundo o qual a vigência dos benefícios se encerra em 2023.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Graça: investigação não viu indício contra ex-diretor

À CPI mista, presidente da Petrobras afirmou que comissão da estatal investigou se houve contatos entre funcionários da empresa e Costa, suspeito de atuar como lobista

NUM DEPOIMENTO À CPI Mista da Petrobras que durou mais de sete horas, na quarta-feira, a presidente da estatal, Graça Foster, disse que não tem nenhuma informação sobre as acusações contra o ex-diretor de Abastecimento da empresa Paulo Roberto Costa além do que lê na imprensa.

O ex-executivo estava livre desde 19 de maio, mas voltou a ser preso na quarta, sob a alegação de que poderia fugir do país. Ele teria US\$ 23 milhões em bancos suíços.

Sobre a prisão de Costa, Graça limitou-se a dizer que suspeitas de operações criminosas "causam vergonha".

— Não tenho nada a dizer sobre isso. É um assunto que estarrece a todos nós.

Ela acrescentou que uma comissão interna foi encarregada de investigar se Costa atuou como lobista e se conseguiu contratos para prestadoras de serviço. Segundo ela, não se identificou contato entre ele



A presidente da Petrobras, Graça Foster, fala à CPI mista, ao lado dos senadores Gim e Vital do Rêgo e do deputado Marco Maia: mais de sete horas de depoimento

e empregados da Petrobras.

O relator da CPI mista, deputado Marco Maia (PT-RS), esclareceu que cabe ao presidente da comissão de inquérito, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), definir a data do depoimento de Costa. O senador lembrou que a comissão já aprovou a convocação do ex-

-diretor e o compartilhamento de documentos colhidos na Operação Lava-Jato, que resultou na prisão de Costa e do doleiro Alberto Youssef.

De acordo com Maia, é importante confrontar as versões do ex-executivo da Petrobras com a dos demais depoentes.

— Há dados e informações

que vão chegar: atas de reuniões, contratos que foram firmados, opiniões e posições que foram tomadas dentro da Petrobras. Lá na frente vamos ter condições de confrontar todas as informações e saber se isso foi verdadeiro ou não.

Costa é acusado de envolvimento em um esquema que

pode ter movimentado R\$ 10 bilhões. O Ministério Público também suspeita que tenha usado a função de diretor da Petrobras para superfaturar contratos e desviar dinheiro para empresas de Youssef.

Antes de ser preso, Costa foi à CPI exclusiva do Senado, na terça, e negou as acusações.

Alvaro cobra depoimento de Costa, que voltou a ser preso nesta semana

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa foi preso pela segunda vez anteontem. O mandado de prisão foi expedido pela Justiça depois de terem sido descobertos US\$ 23 milhões que lhe pertenceriam em contas na Suíça. Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que a CPI Mista da Petrobras já aprovou a convocação de Costa e pediu que o depoimento ocorra quanto antes.

— Esta CPI só se sustenta se adotar providências pontuais. Já há razão para que a CPI tome providência em relação ao Paulo Roberto, que se diz vítima e injustiçado. Não é hora de escamotear, encenar e aceitar essa ação entre amigos — disse o senador, que, no entanto, não está otimista quanto à possibilidade de que o depoimento ocorra logo, admitindo que a oposição pouco pode fazer por ser minoria na CPI.

Cálculo de refinaria em PE não foi "conta de padeiro", reage executiva

Graça Foster rebateu a afirmação feita pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa de que a Petrobras fez "conta de padeiro" ao estimar o custo da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Em depoimento na terça-feira, Costa afirmou que, ao divulgar um valor de US\$ 2,5 bilhões em 2005, a Petrobras não tinha o projeto da refinaria, tampouco definições sobre processos licitatórios.

— Eu me nego a repetir essa expressão. Nós não aceitamos que tenhamos feito conta de qualquer maneira. Podemos ter errado. E estamos trabalhando duro para ajustar tudo isso — disse Graça.

Segundo a executiva, as obras de Abreu e Lima já consumiram US\$ 15 bilhões e o valor total deve chegar a US\$ 18,5 bilhões. Até agora, 87% do complexo foi finalizado e deve entrar em operação em novembro.

Comissão interna não encontrou indícios de propina da SBM Offshore

Sobre denúncias de recebimento de propina por funcionários da empresa para acertar contratos com a SBM Offshore, Graça Foster informou que uma comissão interna não encontrou indícios de irregularidades.

A SBM, que mantém vínculos com a Petrobras desde 1996, é uma das principais afretadoras de navios-plataformas para a companhia brasileira. Segundo Graça, a estatal tem 23 plataformas alugadas, 8 delas da SBM. Os contratos com a estatal brasileira somam US\$ 27 bilhões. Ela ressaltou também que a companhia tem colaborado com as fiscalizações e investigações dos órgãos federais.

A executiva disse que 2013 foi o melhor ano histórico da companhia em relação à segurança e ao meio ambiente, com redução de 52% no volume de vazamento de óleo e derivados.

Presidente da estatal reafirma avaliação sobre compra de Pasadena

A dirigente da Petrobras voltou a afirmar que a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, não foi um bom negócio para a estatal brasileira. Segundo ela, foi um empreendimento com "baixo retorno", apesar da melhoria de desempenho da planta industrial.

— Quando olhamos o conjunto, a Petrobras considera que não foi um bom negócio com as condições atuais. Hoje, como se apresentou depois da crise econômica [de 2008], não é um negócio de grande atratividade. É de baixo retorno, mesmo olhando o desempenho recente da refinaria — afirmou.

A executiva reafirmou a importância de duas cláusulas que foram omitidas do resumo executivo que serviu de base para a negociação. As cláusulas em questão são a Put Option e a Marlim.

Parlamentares da oposição consideram excessivas as questões do relator

No início da audiência, a oposição protestou ao saber que só poderia inquirir Graça Foster depois que o relator, Marco Maia (PT-RS), fizesse indagações sobre 139 pontos. O senador Alvaro Dias considerou a quantidade de perguntas mais uma estratégia governista para inviabilizar as investigações.

— Isso não é CPI. CPI tem enfrentamentos. Sem um questionamento eficiente não se justifica. Na verdade, aqui estão escamoteando a realidade de uma CPI. Não há possibilidade de investigação dessa forma — protestou Alvaro.

Parlamentares da oposição distribuíram uma "pizza sabor petróleo" durante a reunião. Eles reclamaram das perguntas do relator sobre as estratégias da companhia e ameaçaram reconvocar Graça Foster para novo depoimento.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senado + transparente

Secom | Criação e Marketing

É fácil
ficar sabendo



O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br



A comissão que trata do novo Código de Processo Civil iniciou a análise das diferenças entre os textos do Senado e da Câmara. A penhora on-line é um dos pontos polêmicos

Juristas tentam conciliar versões do novo CPC

JURISTAS QUE ASSESSORAM a comissão especial de senadores que examina o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC) estão trabalhando em conjunto com colegas que apoiaram os deputados para tentar harmonizar diferenças entre os textos aprovados no Senado e na Câmara. Proposto em 2010, o projeto (PLS 166/2010) já foi aprovado pelo Senado, mas, por ter sofrido mudanças na Câmara, voltou à análise dos senadores.

Entre os pontos que motivam questionamentos, estão as regras para os juízes determinarem a penhora on-line de contas e investimentos de devedores. Outro tema que vai exigir mais discussão é a formação do chamado incidente de demandas repetitivas — que servirá para resolver litígios de massa, em que milhares de pessoas buscam na Justiça um mesmo direito, como no caso de relações de consumo.

De acordo com o relator da matéria na comissão especial, Vital do Rêgo (PMDB-PB), são 18 pontos com “divergências de pensamento” entre as



Ministro Luiz Fux e professores Tereza Wambier e Paulo Cesar Carneiro na reunião para discutir os textos do novo CPC

comissões de juristas que trabalharam com os senadores e com os deputados. Na avaliação do senador, o número é pequeno, dada a abrangência do Código de Processo Civil. Em reunião da comissão ontem, ele demonstrou confiança em que os juristas vão chegar a um bom resultado.

— Eu me sinto representado por cada um dos senhores e tenho absoluta convicção de que vão saber dirimir todas as

dúvidas. O que não é razoável é o mundo jurídico em que vivemos hoje — disse.

O novo CPC cria mecanismos para simplificar os processos e acelerar as decisões da Justiça, inclusive eliminando parte dos recursos hoje permitidos. Além disso, muda o processo de ações de família, introduz instrumentos para ampliar a segurança das empresas e regulamenta a gratuidade da Justiça.

Após a volta do projeto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, constituiu a nova comissão de juristas que presta apoio aos senadores, presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, também presidente da comissão original que produziu o anteprojeto em 2010.

Apelo de advogados

O primeiro encontro entre os dois grupos de juristas ocorreu

já ontem. Antes, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), relator do projeto do CPC na Câmara, esclareceu modificações feitas por aquela Casa.

Pela proposta que saiu do Senado, o incidente de demanda repetitiva seria instaurado (a pedido de juiz, promotor ou defensor público) assim que o Judiciário tomasse conhecimento da iniciativa. Já a Câmara, atendendo demanda da advocacia e da magistratura, preferiu permitir a apresentação do pedido somente na segunda instância.

Com relação à penhora on-line, Paulo Teixeira observou que a Câmara, por maioria, incluiu emenda para impedir que o juiz determine bloqueio de dinheiro do devedor de forma provisória (tutela antecipada). Dessa forma, os recursos só poderiam ser retidos por sentença definitiva. Segundo Teixeira, o Senado poderá reverter essa posição.

O presidente da comissão, José Pimentel (PT-CE), afirmou que cumprirá o cronograma de trabalho, com previsão de apresentação e votação do parecer em 9 de julho.

Ferraço quer que Código do Consumidor seja votado logo

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) espera que a pauta do esforço concentrado no Senado, na primeira semana de julho, inclua os projetos que modernizam o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

Relator na Comissão Temporária de Modernização do CDC, Ferraço rechaça a hipótese de os textos — que estão na pauta de votações do Plenário há dias — serem enviados à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise.

— O que precisamos é votar em Plenário e democraticamente, no debate e no voto, decidir. Voltar para qualquer das comissões da Casa é retrocesso. A sociedade não vai entender — avaliou o senador.

No relatório aprovado em março, Ferraço destacou as alterações feitas em três áreas: comércio eletrônico, superendividamento das famílias e o



Loja de eletrodomésticos em Brasília: Congresso Nacional estuda projetos que atualizam Código de Defesa do Consumidor

fortalecimento dos Procons. O colegiado analisou sugestões elaboradas pela comissão de juristas criada em 2010 para estudar o tema.

O PLS 281/2012 regulamenta as compras pela internet. A

proposta estabelece regras de divulgação dos dados do fornecedor e a localização física do negócio virtual com mais clareza. Prevê a responsabilização solidária entre o site de compra coletiva e o fornecedor

do produto ou serviço ofertado.

Outro projeto em pauta é o PLS 283/2012, que disciplina a oferta de crédito ao consumidor e previne o superendividamento. O texto determina a exigência de informações

claras sobre o produto oferecido e a criação da “conciliação” para estimular a renegociação. Entre as medidas propostas, está a proibição de publicidade com expressões como “crédito gratuito”, “sem juros” e “sem acréscimo”.

Ferraço acrescentou que seu relatório amplia o poder dos Procons, dando-lhes autonomia para intermediar a conciliação entre vendedor e comprador e até negociar a devolução de valores. A ideia é desafogar a Justiça.

Segundo o senador, o tema já foi amplamente discutido em audiências públicas.

— Na condição de relator, estou absolutamente consciente de que nós fizemos o melhor possível. Não podemos mais adiar e procrastinar um tema tão importante. Espero que ele se mantenha em pauta no retorno dos trabalhos, em julho.

Casildo alerta para calamidade pública no trânsito brasileiro

Em pronunciamento no Plenário na quarta-feira, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lamentou a “situação de calamidade pública do trânsito brasileiro”, que, segundo ele, faz tantas vítimas quanto os países que estão em guerra hoje no mundo.

Na Páscoa deste ano, a Polícia Rodoviária Federal

registrou 136 mortes, em 2,7 mil acidentes, somente nas estradas federais. O número de feridos chegou a 1,6 mil, acrescentou Casildo.

Dados de 2011 do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, indicam que 45 mil pessoas morreram naquele ano em decorrência de acidentes de

trânsito. Esse número, conforme Casildo Maldaner, equivale a 123 mortes por dia ou 5 a cada hora.

Além da imprudência dos motoristas, as estatísticas negativas também podem ser atribuídas às precárias condições das estradas e à falta de fiscalização, acredita o senador.

— No ano passado, levando em consideração as informações do DPVAT, o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, foram pagas 634 mil indenizações. Dessas, 55 mil foram por óbitos, 444 mil por invalidez permanente e 135 mil por pagamento de despesas hospitalares — afirmou.

